

Heloisa Monteiro Rosário  
heloisa.monteirorosario@gmail.com

## Por uma análise enunciativa do discurso gramatical: gramática e heterogeneidade Discourse in grammars under an enunciative analysis: grammar and heterogeneity

**RESUMO** – Este trabalho analisa enunciativamente notas de rodapé de diferentes gramáticas brasileiras, buscando refletir sobre a heterogeneidade na/da Gramática. Seguindo as noções de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz, defendemos que as notas são índices de não-coincidência do dizer que, contrapondo-se ao dito no corpo da Gramática, mostram a não-unicidade do discurso gramatical e de seu sujeito.

**Palavras-chave:** enunciação, heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, gramática, notas de rodapé.

**ABSTRACT** – Under an enunciative perspective we analyze footnotes of different Brazilian Portuguese grammar books. Our goal is to reflect upon heterogeneity in/of Grammar. Based on the notions of shown heterogeneity (*hétéroénéité montrée*) and constitutive heterogeneity (*hétéroénéité constitutive*) by Authier-Revuz we claim that such footnotes are indexes of non-coincidences of discourse that, contradicting what is said in the body of the Grammars, make visible the non-unity of the grammatical discourse and that of its subject.

**Key words:** enunciation, shown heterogeneity and constitutive heterogeneity, grammar, footnotes.

### Gramática e heterogeneidade: à guisa de introdução

Neste trabalho, pretendemos, através da análise de notas de rodapé de diferentes gramáticas brasileiras, refletir sobre a heterogeneidade enunciativa na/da Gramática.

Considerar a Gramática como uma obra de caráter heterogêneo não é novidade nos estudos lingüísticos realizados no Brasil. Vários autores indicam, por diferentes vieses, que – embora a Gramática produza entre seus usuários um efeito de homogeneidade que resulta da normatização a respeito da língua<sup>1</sup> – seu discurso caracteriza-se, de fato, pela heterogeneidade.

Em *Tradição gramatical e gramática tradicional*, Mattos e Silva mostra como – ao longo dos séculos – se constituiu a reflexão sobre a língua que deu origem ao que chamamos *Gramática Tradicional*<sup>2</sup>. O percurso histórico que a autora traça desde os gregos permite-lhe afirmar que a tradição gramatical “traz em si a soma de vinte e três sécu-

los de tradição e contradição, à qual se acumulam as contradições da atualidade, decorrentes de tentar adaptar à tradição secular as construções da Lingüística Moderna” (Mattos e Silva, 1989, p. 31). Mattos e Silva aponta que a reflexão sobre a língua – e, por conseguinte, sobre a Gramática – sempre segue uma determinada teoria da língua, ou seja, uma determinada forma de pensá-la, dependendo dos embates teóricos que se desenrolam a cada momento<sup>3</sup>.

A partir disso, podemos dizer que – ao longo de todos esses séculos – diferentes vozes entrecruzam-se no discurso sobre a língua<sup>4</sup>, direcionando-o diversamente, o que nos remete à noção de heterogeneidade. Assim, para compreender a Gramática – e a heterogeneidade que a caracteriza –, precisamos examinar sua historicidade, ou seja, as condições de produção que, a cada momento, a constituem.

Mattoso Câmara, por outro lado, em *Estrutura da língua portuguesa*, refletindo sobre o conceito de Gramática, já havia constatado que:

<sup>1</sup> O que é (im!)posto como certo ou errado sobre o uso da língua.

<sup>2</sup> Segundo a autora, “essa gramática procurou estabelecer as regras, consideradas as melhores, para a língua escrita, com base no uso que dela faziam aqueles que a sociedade considerava e considera os seus mais ‘bem acabados’ usuários, os chamados ‘grandes escritores’, tanto poetas, quanto prosadores” (Mattos e Silva, 1989, p. 12). Daí seu caráter normativo, prescritivo.

<sup>3</sup> Entre sofistas e platônicos na Antigüidade e estruturalistas e gerativistas no século XX, por exemplo.

<sup>4</sup> As da Filosofia, Estilística, Literatura, Filologia, Lingüística, por exemplo.

Em português, desde Fernão de Oliveira e João de Barros no século XVI, vêm se multiplicando as gramáticas, pautadas pelo modelo greco-latino, intituladas quer descritivas, quer expositivas. Ora, mais propriamente normativas, se limitam a apresentar uma norma de comportamento lingüístico, de acordo com a sempre repetida definição – “arte de falar e escrever corretamente”. Ora, mais ambiciosas e melhor orientadas, procuram ascender a um plano que bem se pode chamar científico em seus propósitos, pois procuram explicar a organização e o funcionamento das formas lingüísticas com objetividade e espírito de análise (Mattoso Câmara Jr., 1996, p. 11).

Desse modo, para o lingüista, há também descrição das formas lingüísticas (o chamado plano científico) – e não apenas normatização, prescrição, a respeito da língua – nas gramáticas consideradas tradicionais, o que possibilita que se aborde diferentemente a questão da heterogeneidade na Gramática.

Cavaliere, por sua vez, investigando o “conjunto de estudos e obras sobre língua portuguesa produzidos nas duas últimas décadas do século XIX e três primeiras do século XX” (2000, p. 41) – a *Gramática Científica*<sup>5</sup> –, defende que os estudos lingüísticos brasileiros desse período sofreram grande influência da escola histórico-comparativa européia<sup>6</sup>, fazendo assim com que a descrição dos fatos da língua tivesse espaço na Gramática. Nessa mesma perspectiva, Flores *et al.* analisam – no texto “O normativo e o não-normativo na gramática tradicional brasileira” – os estudos gramaticais brasileiros produzidos após o período examinado por Cavaliere e consideram que

a produção gramatical brasileira – ao menos a referente ao século XX e, portanto, a que está sob a influência de teorias lingüísticas contemporâneas – deve ser vista como descritivo-normativa, devido ao registro da forma culta escrita que faz (Flores *et al.*, 2004, p. 117).

Nesse sentido, vemos que a influência tanto do pensamento lingüístico europeu do século XIX quanto da Lingüística traz para o escopo da Gramática brasileira a descrição, ou seja, a preocupação com a organização e o funcionamento das formas da língua. Com isso, segundo Flores *et al.*:

é mais lícito considerar a Gramática Tradicional como normativa e descritiva simultaneamente. Em outras palavras, há um componente normativo na gramática que se coaduna com o caráter pedagógico que a constitui. [...] Contudo, há, também, um componente descritivo (não-normativo), mesmo que seja alvo de registro apenas a modalidade escrita culta (Flores *et al.*, 2004, p. 113-114).

Em *Que gramática estudar na escola?*, Neves ressalta que – mesmo no meio acadêmico – simplista-

mente se chama a *Gramática Tradicional* de *Gramática Normativa* (Neves, 2003, p. 29). Para a autora, a Gramática – ainda que não apresente marcas de injunção em relação ao uso da língua<sup>7</sup> – busca a exemplaridade de suas amostras, oferecendo, portanto, a partir de um esquema neutro de organização de entidades lingüísticas, um parâmetro como modelo a ser seguido (Neves, 2003, p. 30-31). Em outras palavras, Neves igualmente identifica, ao lado do componente normativo que caracteriza a *Gramática Tradicional*, a presença da descrição no discurso gramatical.

Por fim, em *A vertente grega da gramática tradicional*, Neves ainda salienta que a *Gramática Tradicional* não deve ser examinada como uma obra acabada, deixando-se de lado todo o esforço de pensamento que representa, por isso, “citá-la apenas como dogmática, normativa, especulativa, não-científica significa não compreender o processo de sua instituição” (Neves, 1987, p. 15). Nesse sentido, a autora soma-se a Mattos e Silva, defendendo que, para se compreender a Gramática, deve-se observar sua historicidade, ou seja, o modo pelo qual o discurso gramatical constituiu-se ao longo dos séculos.

O presente trabalho, no entanto, não objetiva refletir sobre a questão da heterogeneidade na/da Gramática considerando as diferentes influências sofridas no decorrer de sua constituição ao longo do tempo, nem tampouco considerando a presença de um componente descritivo ao lado do reconhecido componente normativo que a caracteriza. Não seguimos, assim, o mesmo percurso de Mattos e Silva (1989) ou Neves (1987), de um lado, nem, de outro, o de Mattoso Câmara Jr. (1996), Cavaliere (2000), Flores *et al.* (2004) ou, mais uma vez, Neves (2003), que ora apresentamos.

Objetivamos pensá-la a partir do campo da Lingüística da Enunciação, uma vez que, para nós, a heterogeneidade é fundante de todo discurso, e a Gramática nada mais é do que um discurso sobre a língua (um discurso produzido por um sujeito que carrega, como qualquer outro discurso, as marcas daquele que o produz).

Para tanto, à luz do pensamento de Authier-Revuz (1990, 2004a), analisaremos enunciativamente notas de rodapé de diferentes gramáticas brasileiras, procurando refletir sobre a heterogeneidade na/da Gramática. Seguindo a noção de *heterogeneidade discursiva* (e, por conseguinte, de *heterogeneidade mostrada* e de *heterogeneidade constitutiva*) da autora, defenderemos que as notas são índices de não-coincidência do dizer que, contrapondo-se ao dito no corpo da Gramática, mostram a não-unicidade do discurso gramatical e de seu sujeito. Mostram,

<sup>5</sup> Termo cunhado pelo autor na obra *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*.

<sup>6</sup> Da Gramática Comparada e da Lingüística Histórica, portanto.

<sup>7</sup> Conforme Neves, o “deve ser” decorre, de um lado, dos exemplos apresentados, considerados de boa linguagem, e, de outro, das exceções. Neste último caso, depreende-se então o “deve ser” a partir do “normalmente, não deve ser”.

portanto, a heterogeneidade desse discurso e do sujeito que o produz.

Desse modo, acreditamos que um estudo enunciativo – ainda que bastante breve como o que propomos – pode contribuir para que se repense diferentemente a Gramática, trazendo para o campo dos estudos lingüísticos a possibilidade de se considerar, sob outra perspectiva, a questão de sua heterogeneidade.

### **Heterogeneidade mostrada *versus* heterogeneidade constitutiva: a heterogeneidade no/do discurso**

No texto intitulado “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso”<sup>8</sup>, Authier-Revuz (2004a) discute a noção de *heterogeneidade discursiva*, ou seja, a presença do outro no discurso.

Conforme a autora, essa presença se marca no discurso – o que pode ser percebido através das formas da *heterogeneidade mostrada* – ao mesmo tempo em que o constitui – o que revela a própria natureza da linguagem: sua *heterogeneidade constitutiva*. Para falar, então, da *heterogeneidade discursiva*, Authier-Revuz desenvolve estas duas noções: as de *heterogeneidade mostrada* e de *heterogeneidade constitutiva*, noções que apresentaremos a seguir.

A *heterogeneidade mostrada*, segundo Authier-Revuz (2004a, p. 12), compreende formas que indicam a inscrição do outro no discurso: “No fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, um certo número de formas, lingüisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o outro”. Essas formas podem ser ou não marcadas.

As formas marcadas da *heterogeneidade mostrada* apontam o lugar do outro de modo unívoco e englobam:

- a) o discurso direto e o discurso indireto<sup>9</sup>;
- b) as aspas, o itálico, uma entonação específica, um comentário, uma glosa, um ajustamento, uma remissão a um outro discurso<sup>10</sup>.

São formas que denunciam a não-unicidade da cadeia discursiva, pois conferem um estatuto diferente ao fragmento marcado que, por sua vez, remete a uma alteridade, a um outro<sup>11</sup>. São formas, portanto, que estabelecem uma fronteira lingüística nítida entre a fala do locutor e a do outro, falas que não se misturam nos limites de uma mesma construção.

Os valores dessas formas podem ser vários (o que salienta a autora, em especial, no texto “Palavras mantidas a distância”<sup>12</sup> (Authier-Revuz, 2004b), no qual trata das aspas) e os pontos de heterogeneidade que elas assinalam no discurso podem envolver: uma outra língua, um outro registro discursivo, um outro discurso, uma outra modalidade de consideração de sentido, uma outra palavra ou um outro (o interlocutor).

Por outro lado, nas formas não-marcadas da *heterogeneidade mostrada*, a presença do outro não é assinalada por marcas na frase, não havendo, nesse caso, uma fronteira lingüística nítida entre a fala do locutor e a do outro, o que permite, por sua vez, a mistura dessas falas nos limites de uma mesma construção. Essas formas englobam, por exemplo: o discurso indireto livre; a ironia; o pastiche; a imitação; a alusão; a antífrase.

O que diferencia as formas marcadas e as não-marcadas da *heterogeneidade mostrada* é o grau de distanciamento estabelecido pelo locutor entre sua fala e a do outro, visto que tanto as formas marcadas quanto as não-marcadas da *heterogeneidade mostrada* indicam, como vimos, a inscrição do outro no discurso, a não-unicidade da cadeia discursiva. Nas formas marcadas, o locutor marca e diz o lugar do outro; nas não-marcadas, apenas o sugere. Ou seja, nas formas marcadas, a voz do outro é apontada e explicitada pelo locutor; nas formas não-marcadas, a voz do outro é dissimulada na própria voz do locutor, muito embora aqui também não se possa absolutamente negar sua presença – e logo a não-unicidade do discurso –, uma vez que, de qualquer modo, o outro é sempre um “já-lá” que constitui o locutor e sua fala. Eis como Authier-Revuz concebe então a noção de *heterogeneidade constitutiva* – um “já-lá” fundante de todo sujeito e, por conseguinte, de todo discurso – e a relaciona com a de *heterogeneidade mostrada*:

<sup>8</sup> Esse texto resulta de uma série de conferências realizadas por Authier-Revuz no DRLAV (*Documentation et recherche en linguistique allemande contemporaine – Vincennes*) entre novembro de 1980 e janeiro de 1982. A tradução brasileira é de 2004 (Authier-Revuz, 2004a).

<sup>9</sup> “Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor *dá lugar* explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso” (Authier-Revuz, 2004a, p. 12).

<sup>10</sup> Trata-se aqui de formas marcadas de conotação autonímica através das quais o locutor, sem que haja interrupção de sua fala, inscreve no fio do discurso as palavras do outro, mostrando-as, chamando atenção sobre elas. O locutor não apenas faz menção, mas também uso dessas palavras – ao contrário da autonímia (na qual só há menção) –, tornando-se, para Authier-Revuz (2004a, p. 13), um “observador das palavras utilizadas”. Nesses casos, não ocorre ruptura sintática na frase – como há no discurso direto e no indireto –, uma vez que a palavra do outro é integrada à cadeia discursiva.

<sup>11</sup> Essa alteridade, esse outro, refere-se seja a um outro ato de enunciação, seja à língua enquanto exterior ao discurso enunciado, podendo ser especificada ou não (Authier-Revuz, 1990, p. 30).

<sup>12</sup> Nesse texto, Authier-Revuz aponta diferentes valores para o uso das aspas. Elas podem indicar, por exemplo, polêmica, ênfase, reafirmação, hesitação, proteção, condescendência. Seja o que for, “as palavras aspeadas são palavras assinaladas como ‘deslocadas’, ‘fora de seu lugar’, pertencendo e adequando-se a um outro discurso” (Authier-Revuz, 2004b, p. 221).

Se essas descrições lingüísticas permitem um afinamento indiscutível da apreciação da enunciação, é importante salientar o quanto o mecanismo da *distância* dita, explicitada pelo locutor em relação a uma parte de seu discurso, é irredutível à *divisão* que o constitui e que constitui também sua fala (Authier-Revuz, 2004a, p. 70).

*Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva*, portanto, articulam-se. A *heterogeneidade mostrada* marca no discurso, na superfície discursiva, a *heterogeneidade constitutiva* do discurso. No entanto, como salienta Authier-Revuz, essa articulação não faz com que uma possa ser simplesmente reduzida à outra, ou seja, que à *heterogeneidade constitutiva* correspondam diretamente as formas da *heterogeneidade mostrada*:

As formas da heterogeneidade mostrada, no discurso, não são um reflexo fiel, uma manifestação direta – mesmo parcial – da realidade incontornável que é a heterogeneidade constitutiva do discurso; elas são elementos da *representação* – fantasmática – que o locutor (se) dá de sua enunciação (Authier-Revuz, 2004a, p. 70).

Desse modo, a autora insiste na necessidade de se reconhecer a realidade específica desses dois planos – da *heterogeneidade mostrada* e da *heterogeneidade constitutiva* – e explicita o tipo de relação que acredita haver entre ambos:

Minha hipótese é a seguinte: a heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso; ela também não é “independente”: ela corresponde a uma forma de *negociação* – necessária – do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva – *inelutável mas que lhe é necessário desconhecer*; assim, a forma “normal” dessa negociação se assemelha ao mecanismo da *denegação* (Authier-Revuz, 2004a, p. 71-72).

A denegação, por conseguinte, consiste no modo como o locutor relaciona-se com a *heterogeneidade constitutiva* – o outro dele mesmo e de seu discurso: ele “dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença” (Authier-Revuz, 1990, p. 33). Assim, marcando no discurso o lugar do outro, o sujeito pensa estar “controlando” seu discurso e, com isso, pensa afastar este outro que lhe é estranho. Puro engano! A denegação não passa de um modo do sujeito, de um lado, manter-se em sua ilusão necessária e constitutiva – a de que é a fonte de seu dizer, tendo sobre ele absoluto controle – e, de outro, fazer emergir a heterogeneidade que constitui ele próprio e sua fala, uma vez que, ao tentar

homogeneizar seu discurso, o locutor acaba revelando sua heterogeneidade (da qual, aliás, não tem como escapar). Pois, conforme mostra a autora,

as marcas explícitas de heterogeneidade respondem à ameaça que representa, para o desejo de domínio do sujeito falante, o fato de que ele não pode escapar ao domínio de uma fala que, fundamentalmente, é heterogênea. Através dessas marcas, *designando o outro localizadamente*, o sujeito empenha-se em *fortalecer o estatuto do um*. É nesse sentido que a heterogeneidade mostrada pode ser considerada como um modo de denegação no discurso da heterogeneidade constitutiva que depende *do outro no um* (Authier-Revuz, 2004a, p. 73-74).

E para tratar da noção de *heterogeneidade constitutiva*, Authier-Revuz busca no Dialogismo bakhtiniano e na Psicanálise o que chama “um exterior pertinente para o campo lingüístico da enunciação” (Authier-Revuz, 1990, p. 26). Através dessas teorias, a autora discute a questão do outro no discurso, seja pelo viés do discurso como um produto do interdiscurso – como postula Bakhtin<sup>13</sup> –, seja pelo viés de uma teoria que sustenta o descentramento do sujeito, a Psicanálise<sup>14</sup>, que concebe a fala como fundamentalmente heterogênea, uma vez que é o produto de um sujeito dividido; um sujeito que não é livre, autônomo, mas descentrado, porque é atravessado pelo inconsciente. Interdiscurso e inconsciente são, então, para a autora, esse outro que constitui o discurso – um já-lá fundante de todo sujeito e, por conseguinte, de todo discurso. Daí por que incontornável e sempre presente!

Authier-Revuz recorre, portanto, a esse “exterior pertinente” porque nele encontra teorias que não consideram o sujeito como fonte e senhor de seu dizer. Teorias que assim o concebem não se articulam, de modo algum, com uma teoria como a sua que se propõe a pensar o outro *no e do* discurso, ou seja, que se propõe a pensar a *heterogeneidade discursiva*.

Considerando, desse modo, a noção de *heterogeneidade discursiva* de Authier-Revuz, buscaremos, a seguir, refletir sobre a heterogeneidade na/da Gramática através da análise de diferentes notas de rodapé de gramáticas brasileiras que passamos a apresentar.

## Buscando a heterogeneidade na/da Gramática

### Apresentação dos dados sob exame

Nosso objeto de estudo são notas de rodapé de diferentes gramáticas brasileiras contemporâneas. Essas

<sup>13</sup> Segundo o autor (Bakhtin, 1997), um discurso é sempre atravessado, marcado, povoado por outros discursos – pelo interdiscurso. Ou seja, como aponta Authier-Revuz, para Bakhtin, o discurso é atravessado pelo outro – os outros discursos, o já dito –, pois “as palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’” (Authier-Revuz, 1990, p. 26). Nesse sentido, a autora retoma Bakhtin, dizendo: “somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro” (Authier-Revuz, 1990, p. 27).

<sup>14</sup> Mais especificamente a leitura laciana de Freud.

gramáticas foram escolhidas não apenas devido a sua grande circulação no país, mas também por serem referência nos estudos do português brasileiro sobre a Gramática. São elas:

- a) Almeida, 1999
- b) Bechara, 2003
- c) Cunha e Cintra, 2001
- d) Luft, 2002
- e) Rocha Lima, 2002

Vale registrar, contudo, que essas gramáticas não têm todas o mesmo estatuto, ou seja, as mesmas características. As de Evanildo Bechara, Celso Cunha e Lindley Cintra e Celso Pedro Luft podem ser consideradas *não tradicionais* – visto que se caracterizam por trazer para o escopo de sua reflexão sobre a língua conceitos lingüísticos (o que os adjetivos “moderna” e “nova” de seus títulos desejam marcar) –; enquanto as de Napoleão Mendes de Almeida e Rocha Lima podem ser consideradas *tradicionais* – visto que seguem mais fortemente a tradição gramatical, ou seja, caracterizam-se, por sua vez, por deixar de lado a reflexão que a Lingüística faz sobre os fatos da língua, restringindo-se a adotar o que da tradição gramatical greco-latina lhes pareça pertinente.

Salientamos que, com essa seleção de gramáticas, não buscamos exaustividade em nossa análise (por isso, um pequeno recorte de algumas obras, de um lado, e de algumas notas de rodapé, de outro), mas representatividade, ou seja, pretendemos que este trabalho seja ilustrativo de um estudo enunciativo do discurso gramatical, mostrando que – também e muito pertinentemente – se pode considerar, através da Lingüística da Enunciação, a questão de sua heterogeneidade.

Dizemos “também”, porque, como vimos na primeira parte deste texto, a questão da heterogeneidade na Gramática pode ser pensada de outras formas: considerando-se as diferentes influências por ela sofridas ao longo dos séculos ou a presença de um componente descritivo ao lado do componente normativo que a caracteriza. E dizemos “muito pertinentemente”, porque, como a Lingüística da Enunciação se preocupa com o modo como o sujeito se marca em seu dizer, oferece um arcabouço teórico que nos permite discutir a questão da heterogeneidade do sujeito e de seu discurso, o que as outras abordagens não permitem.

### **Análise dos dados**

Analisando notas de rodapé das gramáticas selecionadas, percebemos que se configuram em uma marca que indica a presença do outro no discurso, sendo, por-

tanto, uma forma através da qual se apresenta, no fio discursivo, a *heterogeneidade mostrada*.

Trata-se de uma forma de conotação autonímica através da qual o locutor inscreve no fio de seu discurso uma outra voz, integrando-a à cadeia discursiva, ou seja, sem que sua fala seja interrompida<sup>15</sup>. Com isso, o locutor denuncia – mesmo que não queira<sup>16</sup> – a não-unicidade de seu discurso, uma vez que se estabelece entre essas diferentes vozes uma fronteira lingüística nítida.

Essa fronteira, no caso das notas, não se estabelece através de marcas sintáticas ou gráficas (como no caso do itálico, por exemplo), mas através de uma marca tipográfica, remetendo a uma fala que, no pé da página, glosa (ou comenta) o corpo do texto.

A nota de rodapé acrescenta-se, por conseguinte, a outras formas marcadas da *heterogeneidade mostrada* apontadas por Authier-Revuz (2004a) no texto “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso”, já citado, no qual a autora discute a noção de *heterogeneidade discursiva*. Defendemos, desse modo, que a nota de rodapé tem o mesmo papel que Authier-Revuz atribui às aspas, ao itálico, a uma entonação específica, a um comentário, a uma glosa, a um ajustamento, a uma remissão a um outro discurso, quando pensa as formas marcadas da *heterogeneidade mostrada* que, marcando a voz do outro no discurso, não o fazem através de uma ruptura sintática na frase, uma vez que a palavra do outro é integrada à cadeia discursiva.

Acreditamos, então, que as notas de rodapé analisadas são índices de não-coincidência do dizer (índices de heterogeneidade) que fazem uma grande glosa do que está dito na Gramática. Entendemos “glosa”, portanto, como um comentário, uma nota, uma explicação, um acréscimo.

Ou seja, as notas de rodapé – pontos de heterogeneidade que se mostram na fala do locutor – contrapõem-se ao que está posto no corpo do texto, denunciando, desse modo, a insuficiência do que está no nível do dito. E falamos de uma “insuficiência” porque é preciso “dizer mais” do que o posto no corpo do texto, e esse “dizer mais” acaba revelando uma outra voz que atravessa a voz do locutor. Não fazemos aqui, pois, uma crítica ao conteúdo gramatical exposto no corpo do texto, mas mostramos que, através das notas, pode-se perceber a heterogeneidade desse discurso.

Apresentamos, a seguir, os tipos de notas que identificamos nas gramáticas examinadas, salientando que as notas das gramáticas de Evanildo Bechara, Celso Cunha e Lindley Cintra, Celso Pedro Luft, Napoleão Mendes de Almeida e Rocha Lima serão doravante indicadas, respectivamente, pelas siglas EB, CCLC, CPL, NMA e RL.

<sup>15</sup> Ao contrário do que acontece no discurso direto e indireto (também formas marcadas da *heterogeneidade mostrada*, como mostramos). Casos em que há ruptura sintática na frase, visto que a voz do outro é explicitamente inscrita no discurso do locutor.

<sup>16</sup> Já que, conforme mostra Authier-Revuz (2004a), o locutor tem a ilusão de controlar seu dizer, que percebe como uno, homogêneo.

Analizamos, ao longo do trabalho, notas que glosam a norma gramatical, o uso da língua, a nomenclatura gramatical, as referências bibliográficas e o componente didático da Gramática.

Vale dizer que, para cada um dos tipos de notas que identificamos, apresentaremos de 4 a 5 exemplos de notas de rodapé retirados aleatoriamente das gramáticas analisadas. Como dissemos anteriormente, não buscamos a exaustividade em nossa análise, mas sua representatividade. Não buscamos, do mesmo modo, um estudo comparativo dessas gramáticas através de suas notas. Não comentaremos, então, possíveis aproximações ou afastamentos entre elas, o que poderia ser, sem dúvida nenhuma, objeto de um outro trabalho. Buscamos apenas discutir a questão da heterogeneidade na Gramática de um ponto de vista enunciativo, para explicitá-la e sistematizá-la. Salientamos, por fim, que o fato de não apresentarmos, para um determinado tipo de nota identificado, exemplos de uma ou mais de uma das gramáticas analisadas não significa absolutamente que eles não existam, assim como igualmente podem existir outros tipos de notas das quais não tratamos.

#### a) Notas que glosam a norma gramatical:

EB:

Conjugação de um verbo *pronominal*: *apiedar-se* [...] Atente-se para o seguinte modelo e para as observações feitas sobre a impossibilidade da posposição em algumas formas: [...]

Pretérito perfeito composto  
tenho-me apiedado<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Nunca se use pronomes átonos pospostos a participios (Bechara, 2003, p. 263).

CPL1:

AS VOZES

[...] • Passiva [...] B) Com pronomes apassivadores se (verbos transitivos diretos):\*

\* Mais acertado é considerar *ativa* essa conjugação – o que corresponde: (1) ao sentimento dos falantes (*conserta-se calçados, vende-se terrenos* – é como se usa na fala espontânea) e (2) à colocação dos termos (a posição pós-verbal é a do paciente) e (3) evita o divórcio dessas construções com as dos verbos não transitivos diretos (*precisa-se de, trabalha-se, corre-se, pula-se*), que seria absurdo considerar passivos. Aqui, como ali, temos a idéia de “sujeito indefinido”, formalizada no *se*, que pode pois, tranqüilamente,

ser analisado como sujeito (*Aqui – se – trabalha = Aqui – a gente – trabalha*). A flexão plural do verbo (*vendem-se terrenos*), no padrão culto escrito, pode-se explicar como mera “servidão gramatical” – nem sempre observada – ou por atração (cf. Said Ali, 1957. Nascentes, 1960: p. 145) (Luft, 2002, p. 178)<sup>17</sup>.

CPL2:

SÍLABAS QUANTO À TONICIDADE

As sílabas nas quais recai o acento tônico são chamadas *tônicas*. As que não recebem acento são *átônicas*. \* Em rigor, não há sílaba sem acento, (i. é., sem nenhuma intensidade), mas vários graus de intensidade: no vocábulo – grau 3 (tônico), grau 2 (subtônico), grau 1 (“átônico”) (Luft, 2002, p. 230).

NMA:

738 – Há certos casos curiosos em que o verbo deixa de concordar com o sujeito para concordar com o predicativo. Constitui esse um fenômeno de “concordância por atração”<sup>(1)</sup> e se opera sempre que na oração entra o verbo *ser* ou *parecer* e um sujeito constituído de *o, aquilo, isso, isto, tudo*: [...]

<sup>(1)</sup> CONCORDÂNCIA POR ATRAÇÃO, fenômeno que se opera em muitas línguas, vem a ser a modificação que sofre o gênero, o número, o tempo ou a pessoa de uma palavra, em consequência da vizinhança de outra com que se faz a concordância contra as regras ordinárias (Almeida, 1999, p. 454).

RL:

2. APOSTO

[...] Mas há um tipo de aposto em que não se usa vírgula: aquele com o qual se dá a *denominação* do ser, individualizando-o dentro do seu gênero.

Exemplo:

O padre *Anchieta* foi o primeiro professor do Brasil. \* A *Grammaire Larousse du XX<sup>e</sup> siècle* (Paris, Larousse, 1950, p. 71) e Maurice Grevisse, *Le bon usage* (7<sup>a</sup> ed., Paris, Gembloux, J. Duculot/Paul Geuthner, 1959, p. 153), ensinam que, em construções que tais, o aposto vem *antecipado*. De tal sorte que, em *maître Corbeau, le maréchal Foch, le philosophe Platon*, os substantivos apostos seriam, respectivamente, *maître, maréchal e philosophe*. Não entendemos assim; todavia, aí fica a informação (Rocha Lima, 2002, p. 255)<sup>18</sup>.

As notas que glosam a norma gramatical comentam a regra apresentada pela Gramática.

<sup>17</sup> Essa nota também glosa o uso – quando se refere à fala espontânea – e traz referências bibliográficas – Said Ali e Nascentes. Há, assim, heterogeneidade na própria nota (como, aliás, não poderia deixar de ser!).

<sup>18</sup> Essa nota também traz referências bibliográficas – de um lado, *Grammaire Larousse du XX<sup>e</sup> siècle* e, de outro, *Le bon usage*, de Maurice Grevisse.

Através desse comentário, surge a voz do locutor que – nesse momento – se distancia da voz da Gramática presente no corpo do texto. Para nós, o locutor, no corpo do texto, assimila sua voz à da Gramática, ao passo que, na nota de rodapé, dela se distancia. Desse modo, no corpo do texto, o locutor assume a voz da Gramática, enquanto, na nota, assume sua própria voz a respeito da Gramática<sup>19</sup>.

Há aqui, portanto, uma fala que atravessa o discurso gramatical para comentá-lo. Há aqui, portanto, uma não-coincidência do dizer, um ponto de heterogeneidade que evidencia a não-unicidade do dizer; no caso, do dizer gramatical.

Observamos, contudo, que essa não-coincidência não se configura sempre do mesmo modo, uma vez que a glosa feita em relação à norma gramatical pode convergir ou, ao contrário, divergir do dito no texto em diferentes níveis. Ou seja, o fato de a voz do locutor na nota distanciar-se da voz da Gramática não significa que a ela se opõe, que dela necessariamente discorde. Parece-nos, então, que as notas se encontram em um *continuum* que faz com que a voz do locutor aproxime-se ou afaste-se gradativamente da voz do discurso gramatical presente no corpo do texto.

Nesse sentido, seguimos Authier-Revuz (2004a, p. 18), visto que, para a autora, há “uma gradação, que leva das formas mais ostentatórias [...] às formas mais incertas da presença do outro, tendo no horizonte um ponto de fuga no qual se esgotaria a possibilidade de apreensão lingüística no reconhecimento – fascinado ou desiludido – da presença diluída do outro no discurso”.

Assim, em relação às notas sobre a norma gramatical ora analisadas, podemos dizer que as de Rocha Lima e Celso Pedro Luft (tanto CPL1 quanto CPL2) divergem mais intensamente do discurso gramatical, e as de Napoleão Mendes de Almeida e Evanildo Bechara dele parecem aproximar-se.

Isso porque, de um lado, Rocha Lima, apesar de registrar em sua nota a explicação sobre quando não se deve virgular o aposto, acaba por dela discordar<sup>20</sup>, e Celso Pedro Luft discorda do que está posto no corpo do texto seja em relação à passividade das construções com verbos transitivos diretos e o pronome “se”, seja em relação à classificação das sílabas quanto a sua tonicidade; enquanto, de outro, Evanildo Bechara reitera o que diz o corpo do texto em relação à posposição do pronome átono no caso dos verbos pronominais, e Napoleão Mendes de Almeida faz o mesmo em relação à explicação do fenômeno da concordância por atração.

Salientamos que essa análise sobre o funcionamento das notas de rodapé como pontos de heterogeneidade no discurso gramatical também se aplica aos demais tipos de notas que apresentaremos a seguir, uma vez que, em cada um dos tipos, o que se modifica é o objeto da

glosa. Através das notas, portanto, sempre há uma voz que atravessa a do discurso gramatical, dela aproximando-se ou afastando-se gradativamente.

Passemos aos demais tipos de notas.

### b) Notas que glosam o uso da língua:

EB:

1 – SUBSTANTIVO

[...] d) sobrecomuns

São nomes de um só gênero gramatical que se aplicam, indistintamente, a homens e mulheres:<sup>1</sup> o algoz, o carasco, o cônjuge, a criatura, a criança, o ente, o indivíduo, a pessoa, o ser, a testemunha, o verdugo, a vítima

<sup>1</sup> Embora esta seja a norma exemplar, o idioma não está fechado a feminizações expressivas, especialmente em nível coloquial e popular, com reflexos em estilizações literárias: *a carrasca, a verduga, a pássara*, etc. cf. [Mba5, 328-329] (Bechara, 2003, p. 138).

CCLC:

Chamar

Ressaltem-se os seguintes valores e empregos:

[...] 3º) No sentido de “qualificar”, “apelidar”, “dar nome”, constrói-se: [...]

b) com OBJETO DIRETO + PREDICATIVO, precedido de *de*<sup>14</sup>: *Chamaram-no de mentiroso, de ingrato e de vítima.* (C. Drummond de Andrade, *CB*, 71.)

<sup>14</sup> Esta construção, desusada em Portugal e condenada pelos puristas, é a predominante na linguagem coloquial brasileira e tende a sê-lo também na expressão literária modernista (Cunha e Cintra, 2001, p. 522).

NMA:

ATIRAR – (= disparar arma de fogo): O alvo a que atiram os ambiciosos – ... deu ordem de lhe atirar – Atirei a esse pássaro<sup>(1)</sup>.

<sup>(1)</sup> No Brasil, mais comumente se constrói com *em*: “Não atire *nesse* passarinho” (Almeida, 1999, p. 469).

RL:

PRONOMES PESSOAIS

[...] 7) São erros comuns dar forma oblíqua ao pronome sujeito de verbo no infinitivo:

... para *mim* fazer... (em vez de: para *eu* fazer)

e dar forma reta aos pronomes *mim* e *ti* depois de preposição:

*Tudo ficou resolvido entre mim e ti* – devemos dizer.\*

\* Fatos da linguagem coloquial menos cuidada, as construções do tipo ‘para mim fazer’ e ‘entre eu e tu’ não se fixaram, contudo, na língua culta (Rocha Lima, 2002, p. 318).

<sup>19</sup> Eis aqui o “dizer mais” do qual falamos anteriormente. Dizer que mobiliza, através do interdiscurso, todo um saber sobre a Gramática.

<sup>20</sup> Ainda que não indique o porquê.

As notas que glosam o uso da língua comentam, em geral, fatos da linguagem que se afastam da norma culta. Desse modo, em sua nota, Evanildo Bechara comenta a feminização de substantivos sobrecomuns no nível coloquial e popular; Celso Cunha e Lindley Cintra, a regência do verbo “chamar” em construções com objeto direto e predicativo na linguagem coloquial brasileira e na expressão literária modernista; Napoleão Mendes de Almeida, a regência verbal de “atirar” no Brasil; e, por fim, Rocha Lima, o uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos na linguagem coloquial.

Essas notas, por conseguinte, registram o uso, mas, de certo modo, o fazem para desaboná-lo, uma vez que se preocupam em diferenciar o nível culto do coloquial, popular, da linguagem. Nesse sentido, acreditamos que aqui a voz do locutor parece convergir com a da Gramática mais fortemente. Sobretudo no que diz respeito a seu componente normativo.

Ou seja, o locutor descreve as formas do uso, mas a fim de distanciá-las das da norma. Com isso, reitera a própria norma, o modelo a ser seguido conforme a “arte de falar e escrever corretamente”. Retomando Neves, podemos dizer, então, que, nas notas ora analisadas, o “deve ser” (que se refere ao nível culto da língua: a língua escrita culta) impõe-se também a partir do “normalmente, não deve ser” (que se refere ao nível coloquial, popular da língua).

### c) Notas que glosam a nomenclatura gramatical:

EB1:

#### 8 – PREPOSIÇÃO

[...] Combinação e contração com outras palavras – [...]

Diz-se que há *contração* quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são: <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Pode-se também considerar *contração* apenas o caso de crase; nos outros, diremos que houve *combinação*. A NGB não tomou posição neste ponto. Na realidade o termo *combinação* é muito amplo para ficar assim restringido. A nomenclatura tradicional, por exemplo, só emprega *combinação de pronomes* (Bechara, 2003, p. 302)<sup>21</sup>.

EB2:

Orações intercaladas – [...] Do ponto de vista do conteúdo de pensamento designado, dividem-se em: <sup>1</sup>

[...]

<sup>1</sup> A que chamamos intercalada de *desejo* José Oiticica denominava de *exclamação* (Bechara, 2003, p. 480)<sup>22</sup>.

CCLC1:

TEMPOS

[...] Indicativo → Futuro →

do pretérito<sup>2</sup> → simples: *estudaria*

composto: *teria* ou *haveria estudado*

<sup>2</sup> De acordo com a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* – e afastando-nos neste ponto deliberadamente da tradição gramatical portuguesa – adotamos esta designação, em lugar de MODO CONDICIONAL, por a julgarmos mais adequada. Veja-se o que dizemos na página 451 (Observação 3<sup>a</sup>), ao tratarmos do emprego deste tempo (Cunha e Cintra, 2001, p. 381)<sup>23</sup>.

CCLC2:

PALAVRAS DENOTATIVAS<sup>2</sup>

<sup>2</sup> A denominação PALAVRAS DENOTATIVAS foi proposta pelo professor José Oiticica em seu *Manual de análise (léxica e sintática)*, 6<sup>a</sup> ed. refundida. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1942, p. 50-55. À falta de uma designação mais precisa e mais generalizada, adotamos provisoriamente esta, embora reconhecendo que “denotar” é próprio das unidades lexicais em geral (Cunha e Cintra, 2001, p. 552)<sup>24</sup>.

As notas que glosam a nomenclatura gramatical comentam os termos empregados pela Gramática para denominar os fatos da linguagem. Vemos aqui a influência da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB)<sup>25</sup> na determinação desses termos. Influência que ora faz com que os gramáticos afastem-se da tradição gramatical, ora faz com que dela se aproximem; isso porque nem sempre a NGB posiciona-se claramente, definindo ou estabelecendo o que deve ser utilizado como nomenclatura gramatical.

Desse modo, na nota CCLC1, Celso Cunha e Lindley Cintra afastam-se da tradição gramatical, preferindo a designação “futuro do pretérito” – de acordo com a NGB – ao invés de “modo condicional”. Por outro lado, na nota CCLC2, os autores mantêm a denominação “palavras denotativas” proposta pela tradição gramatical através de José Oiticica, salientando que o fazem por falta de uma designação mais apropriada. Finalmente, em suas notas, Evanildo Bechara comenta o uso dos termos “combinação” e “contração” em relação à questão da ligação das preposições a outras palavras, assim como o fato de denominar “intercalada de desejo” o que José Oiticica denomina “intercalada de exclamação”. Nessas notas, o autor igualmente aproxima-se da tradição gramatical, uma vez que a NGB não se posiciona sobre tais pontos, o que, aliás, é explicitado na nota EB1.

<sup>21</sup> Essa nota também traz uma referência bibliográfica – NGB (*Nomenclatura Gramatical Brasileira*).

<sup>22</sup> Essa nota também traz uma referência bibliográfica – José Oiticica.

<sup>23</sup> Essa nota também traz uma referência bibliográfica – NGB (*Nomenclatura Gramatical Brasileira*).

<sup>24</sup> Essa nota também traz uma referência bibliográfica – *Manual de análise (léxica e sintática)*, de José Oiticica.

<sup>25</sup> A NGB surge em 1959 e objetiva a exatidão dos termos e a uniformização da nomenclatura gramatical utilizada no Brasil.

Temos aqui, portanto, mais uma vez o *continuum* ao qual anteriormente nos referimos. *Continuum* no qual a voz do locutor aproxima-se ou afasta-se gradativamente da voz do discurso gramatical presente no corpo do texto.

#### d) Notas que glosam referências bibliográficas:

EB:

Outras particularidades das orações adverbiais [...] 11 – TEMPORAIS: quando a oração subordinada denota o tempo da realização do fato expresso na principal. [...]

1ª oração – *principal*: Há quatro dias

2ª oração – *subordinada adverbial temporal*: que não o vejo.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Assim fazem os mestres Said Ali e Epifânio Dias (Bechara, 2003, p. 504).

CCLC:

DE

*Movimento* = afastamento de um ponto, de um limite, procedência, origem. As noções de causa, posse, etc., daí derivadas, podem prevalecer em razão do contexto<sup>4</sup>:

<sup>4</sup> Sobre as múltiplas e matizadas noções que esta preposição pode assumir no discurso, veja-se, especialmente, Sousa da Silveira. *Sintaxe da preposição de*. Rio de Janeiro, Simões, 1951 (Cunha e Cintra, 2001, p. 568).

CPL:

Encontros -ia, -ie, -io, -ua, etc.

Os encontros vocálicos átonos finais iniciados pelas vogais /i, e, o, u/ manifestam-se, em geral, como ditongos (crescentes) na fala espontânea. Podem, entretanto, ser realizados como hiatos. [...] Podendo os encontros ser hiatos ou ditongos, os vocábulos serão, respectivamente, proparoxítonos ou paroxítonos. É preferível considerá-los paroxítonos, o que de fato são na fala corrente. \* Quanto ao acento gráfico, podem, didaticamente, incluir-se entre os paroxítonos terminados em ditongo: *órgão, jóquei* (= acabados em ditongo decrescente) e *água, série* (= terminados em ditongo crescente).

\* “Só rarissimamente e por licença poética, poderão (esses encontros vocálicos) aparecer como hiatos. Forçosamente.” (Antenor Nascentes, 1959, p. 8.) (Luft, 2002, p. 224).

NMA:

596 – Quanto à *significação*, as interjeições dividem-se de acordo com o sentimento que exprimem:

1 – *dor* – ai! ui!

2 – *alegria* – ah! eh! oh!<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> “De todas as exclamações nenhuma se apresenta com uso tão freqüente e sentido tão variado como a

interjeição *oh!*. Basta modificar o tom de voz para cada caso particular e ela denotará alegria, tristeza, pavor, nojo, espanto, admiração, dor, piedade etc.” (Said Ali) (Almeida, 1999, p. 365).

RL:

ACERCA DOS DITONGOS ‘OU’ E ‘OI’

[...] Grafam-se, todavia, com *oi*: *noite, noitibó, oiti, coivara, oito, dezoito, oitavo, oitenta, pois, depois, coitado, goivo, noivo*, e poucas mais.\*

\* Ver, especialmente, Said Ali, *Gramática secundária da língua portuguesa*, edição revista e comentada de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira pelo prof. Evanildo Bechara, São Paulo, Melhoramentos, 1985, p. 28 (Rocha Lima, 2002, p. 50).

As notas que glosam referências bibliográficas buscam, na própria Gramática, um argumento de autoridade para suas afirmações. Ou seja, através da voz de respeitadas gramáticas, as notas buscam legitimar o próprio discurso gramatical.

Desse modo, em sua nota, Evanildo Bechara apóia-se em Said Ali e Epifânio Dias para falar das orações adverbiais temporais; Celso Cunha e Lindley Cintra buscam Sousa da Silveira para explicar os sentidos da preposição “de”; Celso Pedro Luft recorre a Antenor Nascentes quando trata dos encontros vocálicos; Napoleão Mendes de Almeida apóia-se em Said Ali no que se refere à significação da interjeição “oh!”; e, por fim, Rocha Lima busca Said Ali, em uma edição revista e comentada de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira pelo professor Evanildo Bechara, para falar das palavras grafadas com o ditongo “oi”.

A voz do locutor aqui converge, portanto, com a da Gramática. Temos aqui, portanto, um discurso circular – a voz da Gramática reforçando, através da Gramática, suas afirmações a respeito da língua. O que ocorre porque a Gramática tradicionalmente explica a língua pela própria tradição gramatical.

#### e) Notas que glosam o componente didático da Gramática:

EB:

Orações intercaladas – [...]

7) *ressalva*: em que faz uma limitação à generalidade de um enunciado:

“Daqui a um crime distava apenas um breve espaço e ela transpôs, *ao que parece*” [AH.2, 123].

Ele, *que eu saiba*, nunca veio aqui.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Com seus alunos deve apenas o professor insistir na conceituação de oração intercalada, desprezando minúcias de classificação. Nem sempre se traçam linhas rigorosas de demarcação entre o sentido de muitas dessas intercaladas (Bechara, 2003, p. 481).

CCLC:

RITMO E VERSO

[...] Esta sucessão de sílabas fortes e fracas, com intervalos regulares, ou não muito espaçados (para que a reiteração possa ser esperada e sentida pelo nosso ouvido), é uma fonte do prazer a que chamamos RITMO.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Esta definição que apresentamos tem finalidade meramente didática. Uma análise crítica das diversas conceituações de RITMO pode ver-se na recente e importante obra de Henri Meschonnic: *Critique du rythme: anthropologie historique du langage*. Paris, Verdier, 1982, com rica bibliografia (Cunha e Cintra, 2001, p. 671)<sup>26</sup>.

NMA:

720 – O que, aquele que – Pode o “que” perder a autonomia pessoal (de 3ª pessoa gramatical) e ser absorvido pela pessoa do sujeito da oração principal. Quer isso dizer que tanto podemos dizer: “Eu sou o que *fala*”, como, de acordo com o que acabamos de explicar: “Eu sou o que *falo*”. [...] (Recorde-se o § 345)<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> É dever do aluno, sempre que encontra remissão a um parágrafo, ver o que nele ficou dito. Tal é necessário para a perfeita compreensão do que está sendo explicado e para explanação ainda maior do ponto a que o aluno é remetido (Almeida, 1999, p. 446).

RL:

PAUSAS RÍTMICAS\*

\* Esta sistematização, é claro, não se destina a ser decorada. Visa antes a auxiliar o trabalho do professor, que aqui encontrará, já metodicamente dispostos, os principais casos relativos à matéria (Rocha Lima, 2002, p. 458).

As notas que glosam o componente didático da Gramática resgatam a questão pedagógica no discurso gramatical que, por sua vez, relaciona-se com seu componente normativo.

Nesse sentido, em suas notas, Evanildo Bechara determina como deve proceder o professor na explicação das orações intercaladas; enquanto, Napoleão Mendes de Almeida determina como deve proceder o aluno na leitura da Gramática. Já Celso Cunha e Lindley Cintra mostram sua preocupação com uma apresentação didática da noção de ritmo; enquanto, Rocha Lima mostra sua preocupação com uma apresentação didática das pausas rítmicas, objetivando facilitar o trabalho do professor.

Há aqui, portanto, uma preocupação com o ensino da norma, do modelo a ser seguido conforme a “arte de falar e escrever corretamente”, que se coaduna com a normatização a respeito da língua, o certo ou errado sobre o uso da língua. Desse modo, o “deve ser” do discurso gramatical traduz-se, de um lado, pelo “como devem proceder professor e aluno” no estudo da Gramática e, de outro, pelo cuidado em relação a uma apresentação didática dos pontos gramaticais.

Mais uma vez, então, parece-nos que aqui a voz do locutor converge com a da Gramática, uma vez que recupera, através de um discurso pedagógico muitas vezes bastante diretivo, o componente normativo que a caracteriza.

### Considerações finais

No presente trabalho, refletimos sobre a heterogeneidade na/da Gramática. Não o fazemos, contudo, olhando para as diversas vozes que se entrecruzam ao longo do processo de sua instituição nem tampouco para a presença de um componente descritivo ao lado do reconhecido componente normativo que a caracteriza<sup>27</sup>, mas analisando, à luz da Lingüística da Enunciação de Authier-Revuz, notas de rodapé de diferentes gramáticas brasileiras. Essa escolha deve-se ao fato de que, para nós, todo discurso é heterogêneo, uma vez que é o produto de um sujeito constituído pelo outro<sup>28</sup>, e a Gramática nada mais é, como salientamos, do que um discurso sobre a língua.

Buscando, assim, ancoragem na noção de *heterogeneidade discursiva* de Authier-Revuz, apresentamos os conceitos de *heterogeneidade mostrada* e de *heterogeneidade constitutiva* para tratar da inscrição do outro no discurso, pois, segundo a autora, a *heterogeneidade mostrada* marca no discurso – na superfície discursiva – a *heterogeneidade constitutiva* do discurso.

Através das formas da *heterogeneidade mostrada*, o locutor assinala em seu discurso o lugar do outro para negar sua presença. No entanto, Authier-Revuz mostra que, nessa tentativa de homogeneizar seu discurso, o locutor acaba denunciando a heterogeneidade que o constitui.

Essa *heterogeneidade constitutiva* pode ser explicada seja pelo Dialogismo bakhtiniano (através da noção de interdiscurso), seja pela Psicanálise (através da noção de inconsciente) – teorias não-lingüísticas nas quais Authier-Revuz busca “uma luz exterior” para pensar a questão do outro no discurso. O Dialogismo considera que todo discurso é heterogêneo porque outros discursos o atravessam – o “habitam” –, e a Psicanálise, por sua vez, ao sustentar o descentramento do sujeito, também reconhece a heterogeneidade de seu discurso.

<sup>26</sup> Essa nota também traz uma referência bibliográfica – *Critique du rythme: anthropologie historique du langage*, de Henri Meschonnic.

<sup>27</sup> Como fazem os autores cuja reflexão retomamos.

<sup>28</sup> Seja através do interdiscurso, seja através do inconsciente.

Desse modo, não há como desconsiderar a não-unicidade do discurso – sua *heterogeneidade constitutiva* – e as formas da *heterogeneidade mostrada* que a revelam.

Em relação às notas de rodapé que analisamos, percebemos que se configuram em uma marca da presença do outro no discurso, sendo, portanto, uma forma através da qual se apresenta, no fio discursivo, a *heterogeneidade mostrada*.

Trata-se, para nós, de mais uma forma de conotação autonímica por meio da qual o locutor inscreve no fio de seu discurso uma outra voz, integrando-a à cadeia discursiva, ou seja, sem que sua fala seja interrompida por uma ruptura sintática<sup>29</sup>.

Essas notas de rodapé são, então, índices de não-coincidência do dizer que glosam o que está posto na Gramática, denunciando a insuficiência do nível do dito (daquilo que se encontra no corpo do texto). Assim, se o locutor assimila sua voz à da Gramática no corpo do texto, na nota de rodapé, assume sua própria voz a respeito da Gramática. O que faz através da mobilização do interdiscurso. Conforme apontamos, as notas glosam objetos diversos:

- a) norma gramatical
- b) uso da língua
- c) nomenclatura gramatical
- d) referências bibliográficas
- e) componente didático da Gramática

e mostram que o discurso do locutor pode aproximar-se ou não do dito no corpo do texto em diferentes níveis.

Salientamos que o fato de a voz do locutor na nota distanciar-se da voz da Gramática – visto que a nota se configura em uma marca, um ponto de heterogeneidade – não significa necessariamente que essas vozes oponham-se. Existe, na verdade, um *continuum* (uma gradação) que faz com que a voz do locutor aproxime-se ou afaste-se gradativamente da voz do discurso gramatical presente no corpo do texto<sup>30</sup>. Com isso, marca-se, mais ou menos explicitamente, a não-unicidade da cadeia discursiva, resultado da não-unicidade do sujeito que a produz.

Considerando, então, nossa análise, sustentamos que a questão da heterogeneidade na/da Gramática pode ser pensada, no campo dos estudos lingüísticos, sob outra perspectiva – uma perspectiva enunciativa, uma vez que a Gramática nada mais é do que um discurso sobre a língua produzido por um sujeito necessariamente dividido. O que fazemos buscando ancoragem teórica em Authier-Revuz.

## Referências

- ALMEIDA, N.M. de. 1999. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44ª ed., São Paulo, Saraiva, 698 p.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1990. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19:25-42.
- AUTHIER-REVUZ, J. 2004a. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: J. AUTHIER-REVUZ, *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 11-80.
- AUTHIER-REVUZ, J. 2004b. Palavras mantidas a distância. In: J. AUTHIER-REVUZ, *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 217-237.
- BAKHTIN, M. 1997. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 421 p.
- BECHARA, E. 2003. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed., Rio de Janeiro, Lucerna, 671 p.
- CAVALIERE, R. 2000. A gramática científica. In: R. CAVALIERE, *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro, EDUFF, p. 35-52.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. 2001. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 748 p.
- FLORES, V.N.; TESSER, N.; RIBEIRO, C.; SILVA, C.L.C. 2004. O normativo e o não-normativo na Gramática Tradicional brasileira. In: M.E. GIERING; M. TEIXEIRA (orgs.), *Investigando a linguagem em uso: estudos em lingüística aplicada*. 1ª ed., São Leopoldo, Editora Unisinos, vol. 1, p. 106-130.
- LUFT, C. P. 2002. *Moderna gramática brasileira*. 2ª ed., São Paulo, Globo, 265 p.
- MATTOS e SILVA, R. 1989. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo, Contexto, 68 p.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. 1996. *Estrutura da língua portuguesa*. 25ª ed., Petrópolis, Vozes, 124 p.
- NEVES, M.H.M. 1987. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, HUCITEC, 253 p.
- NEVES, M.H.M. 2003. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo, Contexto, 174 p.
- ROCHA LIMA, C.H. da. 2002. *Gramática da língua portuguesa*. 42ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 553 p.

Submetido em: 11/04/2008

Aceite em: 04/07/2008

### Heloisa Monteiro Rosário

Professora de Língua Portuguesa da Université Paul-Valéry/Montpellier III e da Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Montpellier e Avignon, França

<sup>29</sup> Por isso, embora estabeleça uma fronteira entre diferentes vozes, a marca tipográfica parece assinalar uma simples extensão em relação ao corpo do texto.

<sup>30</sup> O que verificamos em relação às notas que glosam a norma e a nomenclatura gramatical. Nas demais, a voz do locutor parece convergir mais fortemente com a da Gramática.